

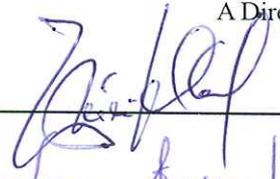
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

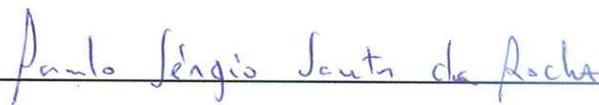
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		95 735,46	94 118,10
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		547 989,12	118 502,72
Pagamentos ao pessoal		126 085,05	127 133,03
Caixa gerada pelas operações		-578 338,71	-151 517,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		510 945,30	147 018,56
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-67 393,41	-4 499,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		128,63	10 957,46
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		114,31	48,69
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-14,32	-10 908,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		14 497,00	11 943,27
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		14 497,00	11 943,27
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-52 910,73	-3 464,59
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		91 737,74	95 202,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		38 827,01	91 737,74

A Direção

Contabilista Certificado


 Paulo Sérgio Leites da Rocha


 Paulo Sérgio Leites da Rocha

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

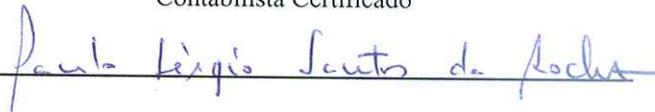
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		105.666,39	99.390,55
Subsídios, doações e legados à exploração		167.713,80	146.943,27
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		33.640,26	31.489,44
Fornecimentos e serviços externos		74.011,50	54.343,39
Gastos com o pessoal		188.504,34	184.622,74
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	-0,04
Outros rendimentos		129.844,11	2.297,93
Outros gastos		799,40	917,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.268,80	-22.741,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		5.683,79	1.714,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		100.585,01	-24.456,46
Juros e rendimentos similares obtidos		114,31	48,69
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		100.699,32	-24.407,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		100.699,32	-24.407,77

A Direção

Contabilista Certificado


 Paulo Augusto Vieira de Sá
 Diretor da Casa Sacerdotal do Porto


 Paulo Sérgio Santos da Rocha

Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 507600274
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		32 748,17	18 265,36
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1 812,22	1 166,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		34 560,39	19 432,28
Activo corrente			
Inventários		1 720,29	870,66
Créditos a receber		275,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		564 552,74	109 585,85
Outros ativos correntes		1 500,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		38 827,01	91 737,74
		606 875,04	202 194,25
Total do ativo		641 435,43	221 626,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		33 504,80	57 912,57
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		382 200,00	100 000,00
		415 704,80	157 912,57
Resultado líquido do período		100 699,32	-24 407,77
Total dos fundos patrimoniais		516 404,12	133 504,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		88 118,62	57 665,25
Estado e outros entes públicos		4 367,29	4 018,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		1 575,00	2 300,00
Outros passivos correntes		30 970,40	24 138,38
		125 031,31	88 121,73
Total do passivo		125 031,31	88 121,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		641 435,43	221 626,53

A Direção

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (a) CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO
(b) Rua da Boa Nova, 105
4050 – 101 Porto
(c) Apoio Social a Idosos

1
2
w-1
h.h

ANEXO

AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2018

- (a) Designação da entidade
(b) Domicílio da entidade
(c) Natureza da atividade

1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de Agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em Julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armindo Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objectivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afecto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;

- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fiável e mais relevante para os utentes.

Handwritten notes in blue ink, including a large number '1' and some illegible scribbles.

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os activos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de compra e outros custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos activos são registadas como gastos do período em que são verificadas, excepto quando estas despesas são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de Dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

1
F
2p
N-31.1
102

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '1' and '20'.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos activos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e 2018, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2017	Adições	Abates	Transf.	31/12/2018
Equipamento básico	32.420,93	19.541,37			51.962,30
Equipamento administrativo	3.797,66	325,95			4.123,61
Outros activos fixos tangíveis	5.868,88	299,28			6.168,16
Ativo Tangível Bruto	42.087,47	20.166,60			62.254,07
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	20.396,48	4.399,34			24.795,82

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2018

Equipamento administrativo	2.552,45	331,53			2.883,98
Outros activos fixos tangíveis	873,18	952,92			1.826,10
Depreciações Acumuladas	23.822,11	5.683,79			29.505,90
Ativo Tangível Líquido	18.265,36				32.748,17

F. 2p
N. H. H.
et.

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias	678,46	490,68
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.041,83	379,98
Total	1.720,29	870,66

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias e dos géneros alimentares, reconhecido como gasto do período dos anos de 2018 e de 2017, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo transcrito:

Descrição	Mercadorias 2018	Mercadorias 2017	Matérias-primas 2018	Matérias-primas 2017
Saldo Inicial	490,68	386,90	379,98	707,65
Compras	4.878,76	4.894,37	29.611,13	26.371,18
Saldo Final	678,46	490,68	1.041,83	379,98
Custo do período	4.690,98	4.790,59	28.949,28	26.698,85

7 – Réditos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos como réditos os seguintes:

Rubricas	31/12/2018	31/12/2017
Venda de Mercadorias	4.251,89	5.188,55
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	4.251,89	5.188,55
Prestação de Serviços	101.414,50	94.202,00
Quotas dos utilizadores	101.414,50	94.202,00
Outros Rendimentos e Ganhos	129.844,11	2.297,93
Desconto de pronto pagamento obtido	313,43	217,66
Outros (Jóia utilização apartamento)	118.995,00	0,00
Restituição de impostos (IVA)	2.659,95	2.080,27
Imputação de subsídios p/ investimentos	7.800,00	0,00
Correções de períodos anteriores	75,73	0,00
Juros	114,31	48,69
Depósitos bancários	114,31	48,69
TOTAL	235.624,81	101.737,17

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Rubricas	2018	2017
Subsídios de outras entidades:	150.000,00	135.000,00
Diocese do Porto	0,00	0,00
Irmandade dos Clérigos	150.000,00	135.000,00
Doações e heranças:	17.713,80	11.943,27
Consignação IRS	1.716,80	1.749,30
Donativos Particulares	15.997,00	10.193,97
Legados	0,00	0,00
TOTAL	167.713,80	146.943,27

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos directivos de forma voluntária são seis. A direcção é composta por 3 elementos: Presidente, Tesoureiro e Secretário e o Conselho Fiscal é composto por 3 elementos.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 15 em 2018 e de 14 em 2017.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal que a entidade registou em 2018 e em 2017 foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	153.653,14	143.420,93
Indemnizações	169,79	7.784,32
Encargos sobre as remunerações	32.160,13	30.381,11
Seguros de acidentes no trabalho	1.931,03	1.081,93
Outros gastos com o pessoal	590,25	1.954,45
TOTAL	188.504,34	184.622,74

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art. 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direcção informa que a situação contributiva da Entidade perante a Segurança Social está devidamente regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e de 2017, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros	1.812,22	1.166,92

1
F
2
N-1.1.
Rev.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2018

FCT	1.812,22	1.166,92
TOTAL	1.812,22	1.166,92

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Obras Ano de 2017	22.516,87	109.526,95
Obras Ano de 2018	539.428,58	
Seguro de acidentes de trabalho	2.384,33	
Outros gastos diferidos	222,96	58,90
TOTAL	564.552,74	109.585,85
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	1.575,00	2.300,00
TOTAL	1.575,00	2.300,00

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	3.968,97	1.799,71
Depósitos à ordem	4.601,06	59.786,86
Depósitos a prazo	30.256,98	30.151,17
TOTAL	38.827,01	91.737,74

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	57.912,57		24.407,77	33.504,80
Ajust. em Subsídios	100.000,00	290.000,00	7.800,00	382.200,00
TOTAL	157.912,57	290.000,00	32.207,77	415.704,80

15 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c		
Fornecedores	88.118,62	57.665,25

TOTAL	88.118,62	57.665,25
--------------	------------------	------------------

16 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
IRC – retenção de juros	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	729,00	638,00
Segurança Social	3.583,80	3.329,54
FCT/FGCT	54,49	50,56
TOTAL	4.367,29	4.018,10

17 – Outras Contas a Pagar e a Receber

A rubrica Outras Contas a Pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2018	Corrente 2018	Não Corrente 2017	Corrente 2017
Credores por Acréscimo		29.327,67		24.068,23
Remunerações a liquidar		27.769,73		24.995,79
Outras despesas diferidas		1.557,94		1.003,47
Outros Devedores e Credores		142,73		70,15
Outros credores		1.642,73		70,15
Outros devedores		- 1.500,00		0,00
TOTAL	0,00	29.470,40	0,00	24.138,38

18 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2018 e de 2017, estava organizada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados:	38.108,56	20.155,57
Trabalhos especializados	17.953,12	14.036,28
Vigilância e segurança	625,46	142,80
Honorários	2.060,00	2.334,00
Conservações e reparações	17.282,98	3.504,43
Serviços bancários	187,00	138,06
Materiais	2.836,57	1.321,88
Energia e fluídos:	22.193,53	26.827,17
Eletricidade	12.112,16	13.681,73
Água	4.654,81	5.413,91

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'N.H.T.' and a star-like symbol.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2018

Gás	5.426,56	7.731,53
Deslocações, estadas e transportes	422,32	129,60
Serviços diversos:	8.544,49	4.673,51
Comunicação	1.817,28	1.938,60
Limpeza, higiene e conforto	3.101,46	2.002,61
Outros serviços	3.625,75	732,30
Encargos com utentes	1.906,03	1.235,66
TOTAL	74.011,50	54.343,39

19 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	481,65	373,52
Outros gastos e perdas	317,75	544,46
	799,40	917,98

20 – Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2018.

Após o fecho do período e até a este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

Porto, 17 de Maio de 2019

O Contabilista Certificado

Francisco Sérgio Loureiro da Rocha

A Direção

[Assinatura]
 Francisco Loureiro da Rocha
 Diretor Administrativo

MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)

ANEXO OBRIGATORIO

CG

 Conta de Gestão das Instituições Particulares
de Solidariedade Social

ANO

2018

(1)

NISS

20017483383

NIPC

507600274

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º A 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º AO 50.º ANO (8)	A débito (10)		A crédito (11)	Outros débitos/ créditos (12)	(13)	
593 5931	SUBSÍDIOS PIDDAC									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5932	OUTROS	2018	390.000,00		7.800,00					390.000,00	7.800,00	0,00	0,00	382.200,00
	TOTAL SUBS. PARA OBRAS									390.000,00	7.800,00	0,00	0,00	382.200,00

Observações:

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

ATAS

Folha 35

ATA Nº 35

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu a Direção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos.-----

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois mil e dezoito.-----

Seguiu-se de imediato à análise do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado líquido positivo de cem mil seiscientos e noventa e nove euros e trinta e dois cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito.-----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e dezoito e afetar ao saldo da conta os resultados líquidos transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Secretário, pelo Tesoureiro e pelo Presidente da Direção.-----


aluno Augusto Vieira Brito
Francisco de Paula Fernandes R. Silva

A.

ATAS

Folha 6

ACTA NÚMERO VINTE E QUATRO DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, na sede da mesma Casa Sacerdotal, na presença de todos os seus membros: Cónego João da Silva Peixoto, Padre Manuel Monteiro Mendes e Padre Emanuel António Brandão de Sousa, presidente e vogais respetivamente.-----

Em conformidade com o artigo sétimo, parágrafo segundo, dos Estatutos da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foram submetidas a apreciação as Demonstrações Financeiras da dita Casa Sacerdotal do ano de dois mil e dezoito.-----

Explicadas e analisadas as referidas Demonstrações, com o saldo positivo de cem mil seiscientos e noventa e nove euros e trinta e dois cêntimos, o Conselho Fiscal deu parecer favorável.-----

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada esta ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.-----

Presidente

João de Silva Peixoto

Vogal

Manuel António Mendes

Vogal

Emanuel António Brandão de Sousa